

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

Agência Nacional de Águas, uma necessidade

O Brasil é o país do mundo que possui o mais volumoso potencial de água potável, razão por que desempenhará papel relevante quando esse bem essencial começar a escassear, como já ocorre em alguns países. As duas bacias hidrográficas mais importantes da Terra,

Amazonas e Paraná, situam-se em sua maior parte em território brasileiro.

Justificam-se plenamente, portanto, os esforços realizados por alguns setores dos Poderes Executivo e Legislativo, da União e de alguns Estados, com o propósito de criar a Agência Nacional de Águas (ANA), um órgão disciplinador que não somente avaliará e ordenará questões internas do País, como também ficará atento à chamada "geopolítica da água potável", à qual alguns especialistas do governo e da iniciativa privada atribuem importância capital. Num futuro não muito distante, opinam técnicos da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia (ABCE), o Brasil poderá vir a ser o fiel da balança no mundo em relação



O Brasil poderá vir a ser o fiel da balança no mundo em relação à água potável

à água potável, como hoje os países árabes o são no que tange ao comércio do petróleo.

A ABCE preocupa-se não somente com o setor que lhe diz respeito, a produção de energia hidrelétrica, mas também com todos os demais disciplinamentos que urge adotar, que vão desde o controle das vazões

dos rios até a poluição de suas águas, os assoreamentos provocados por técnicas inadequadas de cultivo do solo, as captações para abastecer e irrigar, a preservação da fauna e das matas ciliares. A orientação da aquíicultura nos rios e reservatórios poderia trazer grandes benefícios para a alimentação de nossa população e até mesmo para a exportação de produtos proteicos, que alcançam preços elevados no mercado internacional.

Um problema peculiaríssimo poderia ser adequadamente encaminhado por essa entidade, cuja direção deverá ser entregue a técnicos e economistas desvinculados da política regional: o uso adequado das águas do Rio São Francisco para irrigar e abastecer o semi-árido

do nordestino.

Há setores políticos e administrativos que se opõem a esse aproveitamento, notadamente os ligados aos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas. Eles temem que excessos cometidos nas captações das águas desse benfazejo curso d'água venham a prejudicar seus interesses, ligados principalmente à geração de eletricidade, à navegação fluvial, à irrigação e ao abastecimento. Tais objeções merecem o respeito devido aos que desejam, de boa-fé, resguardar os interesses maiores das coletividades nordestina e brasileira. Elas serão, certamente, avaliadas pelos políticos, cientistas e técnicos que debaterão o projeto de desvio do Rio São Francisco, inscrito prioritariamente no Plano Plurianual.

Mas há, certamente, uma ameaça oculta nos meandros de interesses subalternos da Câmara dos Deputados e do Senado, representada por aqueles maus políticos cevados na famigerada indústria da seca, cujas eleições se fazem à custa da miséria e do socorro aos famintos.

Daí a oportunidade que se apresenta aos nossos governantes de criarem a Agência Nacional de Águas, entidade que disciplinaria o uso múltiplo das águas em todo o Brasil, não só na Bacia do Rio São Francisco. Os bons políti-

cos, opositores sérios do projeto, que merecem o respeito de todos, teriam suas dúvidas esclarecidas e seus temores desfeitos. De outro lado, os maus políticos, tradicionais exploradores do infortúnio nordestino, teriam seus redutos eleitorais desvitalizados.

É importante assinalar o início alvissareiro dos debates, na semana passada, sobre o desvio do Rio São Francisco. "O projeto está no papel, há estudos ambientais e há dinheiro, só falta acordo político", afirmou o deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). "O governo federal gastou R\$ 3 bilhões o ano passado para resolver problemas emergenciais na seca do Nordeste. Foi a quantidade exata para acabar com a seca em definitivo."

O que estão esperando os srs. deputados federais e senadores? Os brasileiros querem, os bons nordestinos, também. Que se convoquem nossos cientistas e técnicos, nossas consultoras e empreiteiras - que projetaram e construíram a maior hidrelétrica do mundo e outras obras de igual importância e complexidade -, e mãos à obra. Sob a jurisdição insuspeita de uma Agência Nacional de Águas, livre de regionalismos e injunções políticas.

■ Rubens Rodrigues dos Santos é jornalista e engenheiro

Class.	Fonte	Documentação
	7/20/2000 pg. 49	